

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Energia já subiu 13,78% em 2018	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Cade pede informações sobre distribuidoras do PR.....	3
Título: Energia e combustíveis pesam no custo de vida	3
Título: Subvenção do diesel termina em 31 de dezembro	5
Título: Seca mantém extra na conta de luz até novembro	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Samarco estrutura recuperação extrajudiciário	6
Título: Contra o relógio	7
Título: Preços calmos, por enquanto	8
Título: Lava Jato devolve R\$ 1 bi à Petrobrás.....	10
Título: Desconto no diesel será mantido só até dezembro	11
Título: ‘Temos de repensar o setor petroquímico’	11
Título: Cade pede dados de apuração sobre investigação de distribuidoras	14
Título: Cade condena e aplica multa à Rodrimar	15
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: No Brasil, aposta no setor de energia.....	16
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Sem venda de distribuidoras, conta vai subir	16
Título: Estiagem intensa estende o nível 2 da bandeira vermelha até fim de novembro	18
Título: Piauí pode ir ao Supremo por dinheiro da Cepisa	19
Título: Relator desiste de prorrogar subsídio ao diesel	20

Título: Jirau prevê impacto financeiro de R\$ 2,3 bilhões de GSF este ano	21
Título: Engie adia venda de fatia em Jirau para 2019	22
Título: Curtas	24
Título: Bolsa reage bem a balanço da Gerdau no 2º tri	24
Título: CSN volta a prometer venda de ativos para diminuir dívida	26
Título: Câmbio reduz lucro trimestral da Braskem, mas ajuda receita	27
Título: Cemig obtém R\$ 648,8 milhões em leilão de braço de telecomunicações	29
Título: Raízen Energia teve lucro de R\$ 4 milhões no 1º tri da safra atual	31
Título: Destaques	32

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Energia já subiu 13,78% em 2018

A energia elétrica já é considerada a "nova vilã" dos preços. No IPCA de julho, o item teve desaceleração frente a junho: foi de 7,93% para 5,33%. Entretanto, foi o que exerceu o principal impacto para cima. Além da continuidade da vigência da bandeira tarifária vermelha patamar 2, com a cobrança adicional de R\$ 0,05 a cada 100 quilowatts hora (kWh) consumidos, algumas capitais reajustaram a tarifa, como Porto Alegre (21,51%) e São Paulo (15,84%).

No ano, a energia elétrica acumula alta de 13,78% e, em 12 meses, de 18,02%. > — Os reservatórios menos abastecidos e as questões climáticas dão o tom de que, possivelmente, a energia vai continuar pesando bastante na inflação dos próximos meses — avalia Alessandra Ribeiro, responsável pela área de macroeconomia da Tendências Consultoria. > Além da bandeira vermelha, a Aneel propôs elevar para R\$ 17,4 bilhões os subsídios pagos pelos consumidores nas contas de luz por causa das distribuidoras da Eletrobras.

A medida teria impacto de 1% na tarifa. > — A tendência é que a energia suba acima da média dos preços. Ela deve puxar a inflação para cima pelo menos até

o fim do ano — diz Mauro Rochlin, economista e professor da Fundação Getulio Vargas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Cade pede informações sobre distribuidoras do PR

Rio de Janeiro- O Cade (Conselho Administrativo de Direito Econômico) solicitou ao Ministério Público do Paraná informações sobre a operação Margem Controlada, que prendeu oito empregados das três maiores distribuidoras de combustíveis do país, para avaliar a abertura de investigação sobre o caso.

A operação foi deflagrada no dia 27 de julho e prendeu representantes da BR Distribuidora, Ipiranga e Raízen (que opera com a marca Shell), acusados de controlar de forma indevida preços dos combustíveis nos postos da capital paranaense. As empresas negam práticas ilegais.

"O Cade acionou os órgãos de investigação criminal para obter mais informações sobre a investigação realizada por eles. Também solicitou autorização judicial para o compartilhamento de provas e elementos colhidos no âmbito criminal", informou o órgão de defesa da concorrência.

O Cade ressalta, porém, que a decisão sobre abertura de investigação só será tomada a partir da análise do material.

O Ministério Público do Paraná acusa os empregados das empresas de vincular o preço de venda dos combustíveis ao valor cobrado pelos postos nas bombas.

Todos foram soltos na sexta-feira (3). BR e Raízen disseram que ainda não foram notificadas pelo Cade. A Ipiranga ainda não se manifestou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Flavia Lima

Título: Energia e combustíveis pesam no custo de vida

São Paulo- À inflação se mantém baixa e está longe de ser uma preocupação, mas itens como energia elétrica e combustíveis seguem pesando no orçamento do consumidor, fazendo com que perdure a sensação de que a baixa inflação oficial não se reflete nos gastos do dia a dia.

Após a maior alta dos últimos 23 anos influenciada pelos efeitos da paralisação dos caminhoneiros, a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) desacelerou em julho.

A alta foi de apenas 0,33% em relação a junho, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em 12 meses, os preços sobem 4,5%, bem acima da média em 12 meses registrada até maio, abaixo de 3%.

O consenso dos economistas, no entanto, é que a inflação deve perder força nos próximos meses e encerrar o ano mais próximo de 4,1%, em meio a um cenário de lenta recuperação do mercado de trabalho e grande ociosidade da produção, como aponta a MCM Consultores, a despeito da trajetória mais contida da inflação cheia, os grupos de preços se comportam de modo diferente.

Enquanto os chamados preços livres (alimentos e vestuário, por exemplo) subiram 0,13% em julho, os administrados —a queles estabelecidos por contrato ou por órgão público — avançaram 0,89%.

Em 12 meses, o descompasso é ainda maior: os livres sobem 2,2% e os administrados, 11,4%. Os pesos dados a cada grupo explicam o resultado final.

Como ficou claro nos protestos de maio, a maior contribuição para a alta dos administrados veio dos combustíveis. Em 12 meses, a gasolina subiu 28,4%, respondendo por mais de 40% da alta dos administrados. Também entre os itens que mais subiram, a energia elétrica avançou 18% no período.

Na outra ponta, o grupo alimentação caiu 0,12% em julho e, em 12 meses, tem leve alta de 1,4%. Vilões de outrora, como o tomate, caem mais de 23% no período.

Para Flávio Serrano, do Banco Haitong, a queda dos alimentos é importante porque o grupo tem um peso maior na cesta dos mais pobres.

Segundo o IBGE, o INPC (índice que calcula a inflação para famílias que ganham até cinco salários mínimos) sobe 3,6% em 12 meses, abaixo, portanto, do IPCA.

"Parte da população vê que a gasolina ficou mais cara, mas não que o supermercado ficou mais barato. Apesar dessa sensação, estamos gastando menos", diz Serrano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram

Título: Subvenção do diesel termina em 31 de dezembro

Brasília- Após indicar que poderia prorrogar o prazo da subvenção do diesel, o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), relator de Medida Provisória (MP) que trata do tema, desistiu da mudança e manteve o período proposto pelo governo.

O desconto de R\$ 0,46 no litro do diesel vale até 31 de dezembro deste ano.

Jardim é relator da primeira MP mas incorporou nela o texto da segunda.

Inicialmente, tinha a intenção de estender o prazo por mais dois meses no início de 2019, mas foi dissuadido pelo governo a desistir da proposta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Seca mantém extra na conta de luz até novembro

Rio de Janeiro- A estiagem deve demandar a cobrança de taxa extra na conta de luz até o fim do período seco, em novembro, disse nesta quarta (8) o diretor-geral do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Luiz Eduardo Barata.

Segundo ele, o mês de julho teve o pior nível de chuvas da série histórica, iniciada em 1931, e não houve melhora no início de agosto.

Sem chuvas, o ONS é obrigado a acionar térmicas, que são mais caras. Desde junho vigora a bandeira vermelha nível 2, que acrescenta de R\$ 5 a cada 100 kWh consumido.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães****Título: Samarco estrutura recuperação extrajudiciário**

A Samarco, mineradora da Vale e da australiana BHP Billinton, estrutura um pedido de recuperação extrajudicial, contando com o apoio de alguns detentores de bônus da companhia e bancos estrangeiros, que carregam a maior parte de suas dívidas financeiras. Esse passivo soma cerca de US\$ 3,8 bilhões e as conversas para reunir os detentores de 60% dessa dívida, conforme o exigido pela lei de recuperação judicial e falências brasileira, acontecem com credores donos de US\$ 1,2 bilhão em bônus e bancos estrangeiros com US\$ 1,6 bilhão. Os bônus estão com compromissos vencidos há pelo menos dois anos.

» Arrumando a casa. Nesta terça-feira, dia 08, a Justiça de Minas Gerais homologou o Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC GOV) firmado entre a mineradora e autoridades, que amplia a participação dos atingidos em 2015 pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, nas decisões de reparação e extingue uma ação civil pública de R\$ 20 bilhões. Circulam informações de que, com a homologação desse acordo, haveria negociação para aquisição dos 50% da BHP na Samarco pela Vale, o que a empresa brasileira nega. Procuradas, a Samarco e a Vale não comentaram.

» Disputados. A GetNet, adquirente do Santander, nomeou um executivo para focar especificamente na venda de máquinas para pequenos empreendedores, por meio da SuperGet. Na empresa há três meses, Ronaldo Rondinelli será responsável por deslançar a operação, com o conceito de que ele será "CEO do produto". Com mais de 20 anos de Santander, o executivo respondia anteriormente pela diretoria de universidades do banco.

» Repaginada. A SuperGet é a aposta do Santander, por meio da Get-Net, para vender máquinas que capturam transações com cartões (POS, na sigla em inglês) para pessoas físicas e pequenos empreendedores, os MEIs, mesmo alvo da concorrente PagSeguro. A maquininha acaba de ser rebatizada e teve seu modelo revisto. Antes, era chamada de Vermelhinha. Agora, além do novo nome, ainda efetua o pagamento ao lojista em até dois dias.

» Mais uma. O Descomplica, instituição de ensino online, acaba de adquirir a PaperX, startup de tecnologia focada no desenvolvimento de exercícios e avaliações online, como testes e simulados. O valor do negócio não foi revelado. Mas a meta do Descomplica é, por meio de uma estratégia de aquisições nas áreas de tecnologia da informação (TI) e conteúdo, dobrar de tamanho a cada ano. Em 2018, outras três aquisições estão previstas. Criada em 2012, a

instituição online registra mais 5 milhões de acessos no site todo mês e carrega cerca de 250 mil alunos assinantes da plataforma.

» Antenados? Pesquisa feita pela Cognizant, empresa global de tecnologia e negócios, mostrou que, apesar da grande maioria das companhias de manufatura mundiais (87%) considerar o blockchain crítico ou importante para o futuro de sua jornada de transformação, apenas 16% revelam ter conhecimento do tema. Blockchain é uma tecnologia de estrutura de banco de dados, que tem sido usada para maximizar operações em vários segmentos da indústria de manufatura e de serviços.

» Benefícios. O estudo mostrou ainda que as companhias têm expectativa de que o blockchain traga redução superior a 2,5% anuais em seus custos, por meio do aumento da eficiência operacional em consequência da automação de atividades manuais.

» Home equity. A Bcredi, fintech criada em 2017 e que oferece crédito com garantia de imóvel (home equity) 100% online, bateu os R\$ 15,3 milhões de contratos originados nos primeiros seis meses do ano, o maior volume desde a criação da plataforma, em 2017. O montante é 262% superior aos primeiros seis meses de sua atuação no ano passado. A expectativa da Bcredi é de que até o final de 2019 esteja gerando R\$ 16 milhões de contratos ao mês.

» Descolou. A Bcredi foi desenvolvida na Barigui Companhia Hipotecária, mas em maio se descolou da empresa para diversificar funding. Entretanto, a Barigui segue sócia da plataforma. A Barigui continua atuando no segmento de crédito imobiliário, tendo originado, desde 2010, mais de R\$ 600 milhões em contratos.

» Saúde no pré-pago. O aumento do custo dos planos de saúde para as empresas virou argumento para o surgimento de um novo mercado. No ano em que se espera um reajuste de 19% em média nos planos empresariais, está sendo lançado uma espécie de "vale saúde". A Ticket, conhecida pelos cartões de alimentação e refeição, lança o benefício saúde nesta quinta-feira. Um cartão digital pré-pago pela empresa pode ser usado por funcionários em consultórios médicos, clínicas, laboratórios ou farmácias. A ideia é que o cartão substitua os planos de saúde mais completos e, assim, as empresas possam reduzir custos ao oferecer apenas um plano de saúde hospitalar. COM DAYANNE SOUSA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Coluna

Autor: Sonia Racy

Título: Contra o relógio

Temer vai aproveitar a viagem ao Paraguai, dia 15, para conversar com Rodrigo Maia e Eunício Oliveira, que vão junto, sobre aprovação de projetos – os últimos – de seu governo. Ao que se apurou, o presidente dará atenção especial a dois PLs: o da cessão onerosa e o da privatização das distribuidoras da Eletrobrás.

Contra 2

A não aprovação do PL das distribuidoras pode levar a Aneel a repassar R\$ 1,4 bilhão à conta dos consumidores, decorrente dos custos de operação de cinco distribuidoras do Norte e Nordeste. As mesmas que dependem do PL para serem leiloadas.

Luz amarela

Ilan Goldfajn, do BC, fez chegar ao ministro Eliseu Padilha que a não aprovação do PL da cessão onerosa pode abrir rombo bilionário nas contas públicas em 2019, com impacto na taxa de juros no próximo governo. O Planalto calcula arrecadar R\$ 100 bilhões com a venda de áreas que hoje estão com a Petrobrás e que ele pretende levar a leilão. O governo corria ontem contra o tempo para obter assinaturas e votar o assunto, no Senado, entre os dias 28 e 30.

Primeira vez

O PT pretende usar o debate de hoje na Band, se Lula não puder mesmo aparecer, como termômetro da reação do eleitorado à sua ausência. A sigla desistiu, só no debate de hoje, de pedir que Haddad substitua o ex-presidente. Depois, retomam a estratégia.

Extradição

A PF está "reentrando" no caso dos velejadores brasileiros presos em Cabo Verde. Pediu à Interpol a extradição dos ingleses Georges Saul e seu sócio Robert Delbos, recentemente detidos na Europa, para completar a investigação. Os dois são donos do barco Rich Harvest, que os velejadores levaram para a ilha com uma tonelada de cocaína escondida no casco. No que apurou até aqui, a PF inocentou Daniel Dantas, Rodrigo Dantas e Daniel Guerra. Mas a Justiça cabo-verdense ignorou seu relatório, condenando- os a 10 anos de cadeia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Preços calmos, por enquanto

Com 13 milhões de desempregados, muita capacidade ociosa na indústria, consumidores cautelosos e ampla oferta de bens essenciais, a inflação continua moderada e se mantém no rumo previsto pelo Banco Central (BC) – pelo menos até onde se pode prever, num ambiente enevoado pela incerteza política. Descartada qualquer surpresa, a principal pressão sobre os gastos familiares devem provir, a curto prazo, de mais um aumento da conta de luz. O custo da energia já tem inflado as despesas, mas a maior parte do cenário é de razoável tranquilidade. Em julho, a inflação oficial, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 0,33%, depois de ter batido em 1,26% no mês anterior.

O salto registrado em junho foi um dos efeitos da paralisação do transporte rodoviário. O primeiro impacto nos preços foi passageiro, como havia previsto a autoridade monetária. Falta avaliar os impactos secundários, derivados, por exemplo, da aplicação da tabela mínima de fretes, fórmula encontrada pelo governo para apaziguar os caminhoneiros. Se a tabela for de fato aplicada, haverá reflexo nos custos dos alimentos e de muitos outros produtos.

Com o resultado de julho, a inflação oficial no ano ficou em 2,94% e a acumulada em 12 meses, em 4,48%, acima da contabilizada até o mês anterior (4,39%), segundo o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com a taxa anual praticamente em cima da meta fixada para 2018 (4,50%), é muito difícil apontar uma razão para o BC cortar os juros básicos na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), prevista para 18 e 19 de setembro. Se nenhuma pressão importante surgir até lá, os atuais 6,50% serão provavelmente mantidos. Se houver um aumento, a motivação mais provável estará associada a novidades na disputa eleitoral.

Por enquanto, a nova alta da tarifa de luz, destinada a gerar R\$ 1,45 bilhão para fechar um buraco da Conta de Desenvolvimento Energético, administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, é a pressão mais importante prevista para o curto prazo. O custo da eletricidade já tem subido para famílias e empresas. Em julho, foi o principal fator de elevação do IPCA, com impacto de 0,20 ponto na formação da taxa de 0,33%. Alimentação e vestuário produziram impactos negativos. Entre os positivos, o segundo mais importante foi o dos transportes, com modesto 0,09 ponto.

A relativa calma nos mercados é mostrada também pela Fundação Getúlio Vargas no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). O indicador subiu 0,44% em julho, menos de um terço da taxa de 1,48% observada no mês anterior. Os preços por atacado, com peso de 60% na formação do IGPD, aumentaram 0,52%, um ritmo também equivalente a menos de um terço do contabilizado em junho (1,67%). A variação dos preços ao consumidor (com peso de 30% no resultado geral) passou de 1,19% para 0,17%. A alta do terceiro

componente, o índice do custo da construção, com participação de 10% no conjunto, desacelerou de 0,97% para 0,61%.

A desaceleração dos preços por atacado, depois da alta causada pela interrupção do transporte rodoviário, sugere pressões moderadas sobre os custos industriais e sobre as condições do varejo nos próximos meses. A acomodação dos preços pagos ao produtor ocorreu nas categorias de bens finais, bens intermediários e matérias-primas brutas. As projeções do BC discutidas na última reunião do Copom, encerrada em 1.º de agosto, apontam inflação em torno de 4,20% neste ano e de 4,10% no próximo. Os cálculos incluem juros básicos de 6,50% ao ano e câmbio também constante a R\$ 3,75 por dólar.

As maiores pressões deverão provir dos preços administrados, com altas de 7,4% em 2018 e de 5% em 2019. O novo aumento da conta de luz, um dos componentes desse conjunto, só foi confirmado uma semana depois da sessão do Copom. Pelas perspectivas atuais, os preços com evolução mais moderada serão aqueles dependentes do mercado, descartada, é claro, a hipótese de algum choque político.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Ricardo Brandt, Luiz Vassallo, Fausto Macedo E J.A.

Título: Lava Jato devolve R\$ 1 bi à Petrobrás

O Ministério Público Federal no Paraná realiza hoje cerimônia de devolução de R\$ 1,034 bilhão para a Petrobrás recuperado por meio de acordos de delação premiada e de leniência celebrados na Operação Lava Jato. Trata-se de valor recorde já devolvido em uma investigação criminal no País. A Lava Jato já promoveu outras devoluções à Petrobrás, mas de valores inferiores. Um reembolso, em novembro de 2016, foi de R\$ 204,2 milhões; outro, em dezembro do ano passado, de R\$ 653,9 milhões.

A primeira devolução ocorreu no dia 11 de maio de 2015, quando, na sede da Procuradoria-Geral da República, foram devolvidos à estatal R\$ 157 milhões recuperados no acordo de colaboração firmado com o ex-gerente da área de Serviços da Petrobrás Pedro Barusco.

A segunda entrega de valores ocorreu em 31 de julho daquele ano. Na ocasião, retornaram aos cofres da Petrobrás R\$ 139 milhões, sendo R\$ 70 milhões desviados pelo ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa, e outros R\$ 69 milhões de Barusco relacionados à sua atuação em contratos que envolveram fornecedora de navios-plataforma.

Participam da cerimônia hoje, em Curitiba, o presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, e procuradores da Lava Jato.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta

Título: Desconto no diesel será mantido só até dezembro

O desconto de R\$ 0,30 por litro de diesel, adotado pelo governo para encerrar a paralisação dos caminhoneiros, não será prorrogado até o início de 2019, pelo menos por enquanto. O prazo adicional era intenção do deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), relator da Medida Provisória 838, que criou o programa de subvenção ao combustível. Porém, ele não encontrou um mecanismo capaz de dar suporte ao alongamento do programa.

Assim, a versão da MP aprovada ontem na Comissão Especial do Congresso que a analisou mantém a previsão de fim do desconto no dia 31 de dezembro de 2018. "Isso nos preocupa", disse o deputado.

Sem a prorrogação, o futuro presidente já assumirá o Planalto tendo de tomar alguma decisão sobre essa política. Questionado sobre o que acontecerá caso o desconto acabe no próximo dia 1.º de janeiro, o presidente da Federação dos Caminhoneiros de Carga em Geral do Estado de São Paulo, Norival de Almeida Silva, o "Preto", disse não saber. "Aí, começaremos a pensar em como será o dia 2."

A ideia de Jardim, conforme informou ontem o Estado, era manter o desconto pelo menos até fevereiro de 2019. Isso, porém, traria um custo adicional de R\$ 2,8 bilhões. Seria necessário encontrar fonte para esses recursos e uma forma de "amarrar" o dinheiro ao benefício. A conclusão foi que a MP 838 não é o melhor meio de se fazer isso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Monica Ciarelli Márcio Rodrigues

Título: 'Temos de repensar o setor petroquímico'

Executivo, que assumiu estatal em junho, ainda vê dívida elevada e diz que a companhia tem "de melhorar muito

A Petrobrás avalia uma possível mudança de rota no setor petroquímico. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o presidente da estatal, Ivan Monteiro,

afirmou que a ideia é aproveitar o atual debate sobre o futuro da Braskem, da qual é sócia, para repensar o papel da petroleira no segmento como um todo. No fim de 2016, a Petrobrás anunciou plano estratégico que previa abandonar "integralmente" investimentos em quatro áreas, entre elas a petroquímica. Desde então, suspendeu a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), vendeu a Petroquímica Suape, em Pernambuco, e começou a se movimentar para se desfazer de sua fatia na Braskem, onde divide o controle com a Odebrecht. Sob nova gestão desde junho, após Pedro Parente sair da empresa na esteira da greve dos caminhoneiros, a Petrobrás decidiu aprofundar estudos no tema. O setor petroquímico "é importante na composição das grandes petroleiras", disse Monteiro. O executivo afirmou ainda que a greve dos caminhoneiros deixou duas lições: a de que a estatal "é feita para os clientes" e que suas ações "influenciam a sociedade". Além disso, reforçou que o nível de endividamento da empresa ainda não é saudável. "A gente ainda tem de melhorar muito." A seguir os principais trechos da entrevista:

A Petrobrás anunciou lucro de R\$ 10 bilhões no 2º semestre. O grau de investimento pode voltar?

Já houve recuperação nos ratings das três agências. Mas as métricas de endividamento da Petrobrás ainda são muito elevadas, muito acima da média da indústria. A gente ainda tem de melhorar muito. | A alta do preço do barril do petróleo tira a Petrobrás da crise? O preço do petróleo Brent sozinho não vai tirar a Petrobrás da crise, se ela não se preparar para colher os benefícios desse nível de petróleo mais elevado. De 2011 a 2014, o preço do petróleo era o dobro do que é hoje. Tem sido possível capturar esse benefício porque a empresa se preparou para isso.

Como está o projeto de venda da participação na Braskem?

A gente está aguardando o resultado das negociações entre o Grupo Odebrecht e o LyondellBasell (empresa holandesa que negocia compra da participação da Odebrecht na Braskem). A gente fez um seminário interno, liderado pelo comitê de assessoramento ao conselho de administração. Estamos aumentando o nível de conhecimento para saber qual vai ser o nosso posicionamento. Não em relação à Braskem, mas em relação ao setor petroquímico.

A Petrobrás voltará a ter mais interesse no setor petroquímico?

Esse setor é importante na composição das grandes petroleiras. Como a Petrobrás vai ter de se posicionar em relação à Braskem, é bom que se posicione em relação ao segmento como um todo. (A discussão) foi acelerada. É como se a gente pegasse um pedacinho do plano (a ser divulgado no fim do ano) e discutisse agora.

A greve dos caminhoneiros foi um divisor de águas para a direção da empresa?

Ninguém esperava que a greve tivesse a dimensão que teve. Ficou uma lição grande. A atuação da Petrobrás, em especial no segmento de refino, influencia a sociedade. Ela é feita para consumidores e clientes. Esse impacto a Petrobrás tem de levar em consideração. Seria o grande aprendizado dessa greve. Essa noção de que a Petrobrás existe para atender um consumidor e um cliente é algo importante.

Por que a empresa cortou US\$ 2 bilhões do investimento previsto para este ano?

Como já estamos em agosto, percebemos que a execução do investimento está acelerando, mas não conseguiremos atingir os US\$ 17 bilhões (projetados no plano de negócios 2018- 2022). Por isso, anunciamos US\$ 15 bilhões. A diferença vai ser transferida ao ano seguinte. A boa notícia é que os desembolsos estão acelerando. A dinâmica está bem melhor do que no primeiro semestre.

O sr. já havia dito que a alta do petróleo ajudou a elevar o valor dos ativos à venda, o que contribui para a meta de desinvestimento de US\$ 21 bilhões para o ano. Mas isso é suficiente?

Como o petróleo está mais alto, os valores que recebemos nas ofertas vinculantes estão num nível maior do que a gente imaginava. Mas é bem desafiador atingir US\$ 21 bilhões. A gente está aguardando o retorno do tribunal (STF) do recesso para ver para onde vai caminhar essa decisão. É muito difícil compensar uma TAG (o valor que conseguiria com a venda da empresa de logística).

"Bem desafiador" quer dizer que a meta pode não ser atingida?

A meta está mantida. Ficou bem desafiadora, mas vamos perseguir.

Qual o apetite da Petrobrás para o leilão de pré-sal?

Seria importante que o leilão acontecesse neste ano, porque o mercado de petróleo está em uma faixa de preços que há 90 dias ninguém imaginaria. As empresas precisam aumentar seus portfólios de exploração. Seria oportunidade única. Achamos possível realizar o leilão até o fim do ano.

Mas há capacidade de investimento?

Respeitado o nível seguro de alavancagem financeira, sim. A participação no leilão é uma prioridade, mas na época certa. Temos toda uma governança antes da participação em qualquer tipo de leilão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues

Título: Cade pede dados de apuração sobre investigação de distribuidoras

Apuração feita por Polícia Civil e Ministério Público no Paraná envolve Ipiranga, BR Distribuidora e Raízen

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pediu informações à Polícia Civil e ao Ministério Público do Paraná sobre investigação aberta para apurar conduta anticompetitiva de Raízen (dona da marca Shell), BR e Ipiranga no Estado. Caso sejam encontrados indícios de infração, o órgão poderá abrir sua própria apuração.

O pedido do Cade foi enviado após os órgãos paranaenses deflagrarem uma operação que prendeu oito gerentes e assessores comerciais das distribuidoras, no fim de julho. Segundo o MPF, as distribuidoras atuaram para controlar o preço final dos postos de gasolina com bandeira, prejudicando a concorrência. As empresas teriam mantido até uma equipe de motoboys para circular por cidades paranaenses tirando fotos e informar os preços nas bombas.

Outros casos. O setor de combustíveis tem se mostrado um desafio para o Cade. Na semana passada, a pedido do Ministério Público, a Justiça do Distrito Federal bloqueou R\$ 800 milhões em bens de pessoas físicas e empresas investigadas por formação de cartel no segmento.

Essa operação é um desdobramento da Operação Dubai, feita em conjunto com o Cade, em 2015. A suspeita é que tenha sido formada uma organização criminosa com pelo menos 13 redes de postos de combustíveis, que atuou de janeiro de 2011 a abril de 2016.

Há, no Cade, um processo envolvendo as três distribuidoras, investigadas por suposto cartel em Belo Horizonte. Além disso, a Ipiranga é investigada pelo mesmo motivo, em Joinville (SC). Já a Raízen foi condenada em processos que investigaram fixação de preço em Bauru, Marília e São Carlos, no interior de São Paulo.

Outro lado. Procuradas, as empresas afirmam que não foram notificadas pelo Cade e desconhecem a investigação. Em função disso, Ipiranga e Petrobrás,

dona da BR, afirmaram que não iriam comentar. A Petrobrás reforçou "que pauta sua atuação pelas melhores práticas comerciais, concorrenciais, de ética e respeito ao consumidor, exigindo o mesmo comportamento de seus parceiros".

A Raízen, licenciada da marca Shell no Brasil, afirmou que possui altos padrões de governança em relação às suas políticas comerciais e "confia que, na hipótese de ser aberto um procedimento administrativo pelo Cade, a conclusão será pela legalidade das condutas da Raízen e de seus representantes".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Cade condena e aplica multa à Rodrimar

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou ontem a empresa Rodrimar por cobrança de taxa de movimentação portuária considerada abusiva pelo órgão, conforme antecipou o Estadão/Broadcast. Apesar do resultado, dois conselheiros do Cade proferiram votos favoráveis à empresa.

A Rodrimar terá de pagar multa de R\$ 972 mil e mais R\$ 20 mil por dia que continuar cobrando a taxa. O processo havia sido aberto em 2006, após a empresa de logística Marimex acusar a Rodrimar de cobrar taxas irregulares no Porto de Santos. A Rodrimar é alvo de um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) que apura se houve pagamento de propina pela empresa a pessoas ligadas ao presidente Michel Temer para que fosse editado o Decreto dos Portos, que a beneficiaria. O processo em análise no Cade, porém, não tem relação com o inquérito do STF.

No início do julgamento no Cade, o órgão negou o pedido de análise de fatos novos apresentado por advogados da Rodrimar e de associações portuárias. Os advogados pediam que questões como decisões recentes do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Justiça sobre o tema fossem consideradas e, com isso, o julgamento fosse reiniciado. A maioria do conselho, no entanto, negou o pedido, por entender que os fatos não eram suficientes para alterar o posicionamento dos conselheiros que já haviam se manifestado.

Em julho, o TCU decidiu que a cobrança da taxa não é ilegal, mas deveria ser regulamentada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O TCU chegou a multar três diretores da Antaq por não ter regulamentado a cobrança. A Rodrimar disse que irá recorrer da decisão. A Marimex disse estar satisfeita com o fato de o Cade ter confirmado a ilegalidade da cobrança. / L.R.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Negócios**Autor:** Amauri Segalla**Título:** No Brasil, aposta no setor de energia

A China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil em 2009. Desde então, manteve-se na liderança — e sempre com aportes crescentes. No século 21, os investimentos chineses no mercado brasileiro cresceram quase 3.000%. Segundo dados do Ministério do Planejamento, no período entre 2003 e junho de 2018, a nação da Marulha injetou US\$ 54 bilhões em pelo menos 100 projetos diferentes. No primeiro semestre, os investimentos da China confirmados no Brasil alcançaram US\$ 1,343 bilhão, ou quatro vezes acima do volume contabilizado no mesmo período do ano passado.

Os dados do ministério revelam que 84% dos investimentos chineses estão concentrados em três frentes: energia, óleo e gás e mineração. Na área de energia, ninguém é capaz de rivalizar com o país asiático. No início de 2017, a State Grid, maior empresa do setor elétrico do mundo, pagou R\$ 14 bilhões pelo controle da CPFL. Também no ano passado, a State Power Investment, quinto maior grupo de energia da China, venceu o leilão de concessão da hidrelétrica de São Simão, da Cemig, por R\$ 7,18 bilhões.

Há muitos outros exemplos. As maiores petrolíferas chinesas estão presentes no Brasil. Há três anos, a China National Petroleum, a Sinopec e a China National Offshore Oil se associaram à anglo-holandesa Shell e à francesa Total para explorar o campo de Libra, a maior descoberta do pré-sal brasileiro, na Bacia de Santos, a 200 quilômetros da costa do Rio de Janeiro.

A boa notícia é que os asiáticos estão diversificando os investimentos. Antes de 2015, os fundos chineses focavam apenas no setor de alimentos e energia. Agora, buscam oportunidades também nas telecomunicações, no setor automobilístico e serviços financeiros.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Camila Maia, Rodrigo Polito e Daniel Rittner | De São Paulo, Rio e Brasília**Título:** Sem venda de distribuidoras, conta vai subir

A privatização das distribuidoras da Eletrobras ainda neste ano já não é mais vista como uma probabilidade mesmo por aqueles que até julho se mostravam otimistas com o plano. Sem a venda, os encargos cobrados via tarifa de todos os

consumidores devem ter novos aumentos, além de criar uma situação inédita que é a incerteza sobre o fornecimento de energia nos Estados envolvidos (Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre). Isso sem falar no custo já conhecido de mais de R\$ 20 bilhões que a estatal elétrica deve arcar com liquidação das concessões, que é o "plano B" existente hoje.

A liderança do Senado decidiu na terça-feira que o projeto de lei (PL) que viabiliza financeiramente as operações das distribuidoras não será votado antes das eleições, em outubro. Na mesma data, o **Valor** conversou com fontes da companhia que admitiram, sob condição de anonimato, que a notícia foi recebida com "surpresa e decepção".

Ainda há esforços da própria Eletrobras e do **Ministério de Minas e Energia (MME)** para convencer o Senado sobre a importância do projeto de lei, que é fundamental para que as distribuidoras sejam atrativas em um leilão de privatização e possam continuar prestando o serviço de fornecimento de energia para as mais de 3 milhões de unidades consumidoras atendidas. "Estamos tentando, mas, infelizmente, não tenho esse poder de convencimento", disse uma fonte próxima da companhia.

Mesmo se o projeto de lei for aprovado depois das eleições, não haverá tempo hábil para que um eventual leilão bem-sucedido seja concluído com a transferência das distribuidoras. Depois do leilão da Cepisa, concessionária do Piauí, em julho, e da sinalização pelo governo da neutralidade dos custos de operação das distribuidoras para a Eletrobras até o fim do ano, o conselho de administração da companhia baixou a guarda e orientou os acionistas a votarem pela extensão do prazo de designação até 31 de dezembro.

Com o provável adiamento do certame das distribuidoras, antes marcado para 30 de agosto, o governo teria praticamente novembro e dezembro para leiloá-las. No cenário atual, a Eletrobras devolveria as empresas à União em janeiro, fazendo com que fossem liquidadas. Uma nova extensão desse prazo só deve ser aprovada se o projeto for, de fato, sancionado pelo presidente.

O PL é necessário para viabilizar a venda das distribuidoras Amazonas Energia, Eletroacre, Ceron (Rondônia) e Boa Vista (Roraima). A Ceal, de Alagoas, é atrativa mesmo sem a alteração legislativa, mas há uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que impede a venda da empresa, resultante de um conflito entre a União e o governo do Alagoas.

O problema é que as distribuidoras foram devolvidas pela Eletrobras à União em julho de 2016 e não são mais consideradas subsidiárias da companhia, que está prestando o serviço de gestão como "designada", da mesma forma que outra entidade do poder concedente poderia fazer.

"É um caminho sem volta. Mesmo quem for contra a privatização precisa entender que as empresas não têm mais outorga", explicou um interlocutor. Como foram devolvidas pela União e não foram relicitadas, as concessionárias estão em uma espécie de "limbo", o que reforça a visão do governo sobre a urgência da privatização.

A alternativa, caso as empresas não sejam vendidas, será a liquidação. Neste caso, as concessões continuarão existindo, mas as concessionárias - e seus funcionários e fornecedores - não. Isso significaria uma demissão em massa de todos os trabalhadores dessas distribuidoras.

O aumento do prazo de designação, por sua vez, trará mais custos aos consumidores, pois a operação das distribuidoras, sem novos investimentos (que a Eletrobras não tem condições de fazer), exige subsídios para ser viável. A prorrogação para dezembro foi um dos principais fatores que justificaram a proposta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de aumentar o orçamento do fundo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) em R\$ 1,4 bilhão neste ano. O encargo é custeado por meio da tarifa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Estiagem intensa estende o nível 2 da bandeira vermelha até fim de novembro

O volume de chuvas no país em julho deste ano foi o terceiro pior para o mês desde o início da série histórica, em 1931, de acordo com dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em julho deste ano, o volume de chuvas, para efeito de geração de energia, foi de 63% da média histórica para o período. Segundo o diretor-geral do órgão, Luiz Eduardo Barata, diante do cenário hidrológico, a expectativa é que a bandeira tarifária permaneça no patamar mais elevado - patamar 2 da cor vermelha - pelo menos até o fim do período seco, em 30 de novembro.

De acordo com o executivo, os reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país, devem chegar ao fim do período seco com nível de armazenamento de 18% a 20%, praticamente em linha com o observado em igual período do ano passado (18,7%). Segundo ele, porém, caso a situação hidrológica no Sul continue ruim, o Sudeste/Centro-Oeste deverá continuar exportando energia para a região, fazendo com que os reservatórios hidrelétricos fechem novembro em patamar um pouco mais baixo, entre 15% e 16%.

"Depende das condições do Sul", explicou Barata a jornalistas, após participar de evento sobre energia eólica no Rio. Ele acrescentou que há expectativa de configuração de El Niño no fim deste ano, o que poderá elevar o volume de chuvas no Sul.

Com relação ao Nordeste, a situação é melhor. As projeções do ONS indicam nível de armazenamento nas hidrelétricas da região de cerca de 30%, no fim de novembro. Em igual período de 2017, esse número era de 5,5%. Segundo Barata, essa melhora foi obtida não por um aumento das chuvas, mas sim por medidas estratégicas para a gestão do rio São Francisco.

Apesar do quadro preocupante do nível dos reservatórios hidrelétricos, **o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Eduardo Azevedo**, descartou ontem qualquer hipótese de desabastecimento e de racionamento de energia no país.

Questionado sobre o programa da Petrobras de parada para manutenção da plataforma de Mexilhão, na Bacia de Santos, e de um conjunto de térmicas, Barata explicou que a companhia fez alguns ajustes no plano que permitirão uma redução do volume de energia indisponível durante a parada, de 2.100 megawatts (MW) para 1.350 MW. A manutenção está prevista para terminar em 1º de setembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Isadora Peron e Luísa Martins | De Brasília

Título: Piauí pode ir ao Supremo por dinheiro da Cepisa

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), afirmou que o Estado não recebeu a sua parte do leilão de privatização da Companhia Energética do Piauí (Cepisa) e que vai pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) o bloqueio do valor devido. Segundo o petista, o governo do Piauí tem direito a receber R\$ 800 milhões relativos à venda da companhia.

Dias tinha uma reunião marcada ontem com a ministra do STF Rosa Weber para conversar sobre o assunto, mas, segundo o gabinete da magistrada, o encontro não aconteceu. Rosa foi a relatora das ações que pediram a suspensão do processo de privatização da Cepisa. O governador do Piauí era contra a venda.

"Vou pedir o bloqueio do valor devido ao Estado do Piauí, cerca de R\$ 800 milhões. A empresa foi federalizada em 1998, o Estado recebeu empréstimo no

BNDES e assumiu as dívidas, e a empresa foi repassada sem dívidas", disse Dias sobre por que tentou agendar a audiência com a ministra.

O leilão foi realizado em 26 de julho e foi vencido pela Equatorial Energia. Com dívidas que somavam R\$ 2,4 bilhões, a Cepisa foi vendida por um valor simbólico de R\$ 50 mil, mas o governo federal estima que a operação renderá R\$ 95 milhões aos cofres públicos e garantirá investimentos de R\$ 720 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa e Vandson Lima | De Brasília

Título: Relator desiste de prorrogar subsídio ao diesel

Relator da medida provisória que estabeleceu subsídio à comercialização do óleo diesel até 31 de dezembro, o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) desistiu de pedir a extensão do benefício para além desse prazo. O subsídio é parte da solução negociada entre governo federal e caminhoneiros para encerrar a greve da categoria, no fim de maio.

A prorrogação por "por dois ou três meses" estava sendo negociada pelo deputado com o governo. Mas, em seu relatório final, aprovado ontem em comissão mista do Congresso, ele apontou dificuldades de determinar a fonte de recursos para viabilizar a medida, que agora tem de ser apreciada pelos plenários da Câmara e do Senado.

Jardim alega que o prazo atual deixará em uma saia justa o próximo presidente, uma vez que o subsídio acaba um dia antes da posse. Caberá agora ao presidente Michel Temer e ao próximo governante "desarmarem essa bomba" durante o período de transição e tentar incluir recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA), a ser aprovada até o fim do ano, afirmou Jardim.

"Nos dedicamos à busca de alternativa que permitisse a extensão temporal dessa subvenção, tanto pelo seu mérito quanto pelas circunstâncias em 31 de dezembro", diz o relatório. "Porém a dificuldade de combinar a prorrogação com as fontes de recursos necessárias que somente poderão ser estabelecidas quando da aprovação da PLOA 2019 impediu que pudéssemos equacionar esta questão."

A MP 838 estipula subsídio governamental de até R\$ 9,5 bilhões a fim de evitar alta no preço do óleo diesel e viabilizar desconto de R\$ 0,46 no valor do diesel na bomba. A subvenção foi responsável por R\$ 0,30 do desconto total negociado com caminhoneiros grevistas. Os outros R\$ 0,16 têm como fonte a retirada de impostos incidentes sobre o combustível.

Também ontem, o plenário do Senado aprovou duas MPs publicadas pelo governo em junho para estancar a paralisação. Ambas haviam sido aprovadas pela Câmara na noite da véspera e seguem para sanção presidencial. Uma delas é a MP 831, que estabeleceu que 30% dos fretes da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) sejam feitos por caminhoneiros autônomos, que serão contratados por meio de cooperativas, entidades sindicais ou associação. A segunda é a MP 833, que prevê a isenção da cobrança de pedágio para eixo suspenso de caminhões vazios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Jirau prevê impacto financeiro de R\$ 2,3 bilhões de GSF este ano

A Energia Sustentável do Brasil (ESBR), consórcio formado pelas gigantes francesa Engie (40%), japonesa Mitsui (20%) e estatal Eletrobras (40%), prevê amargar um impacto financeiro de R\$ 2,3 bilhões neste ano em despesas de GSF (sigla em inglês para o fator que mede o déficit de geração hídrica) da hidrelétrica de Jirau.

Longe de uma solução no curto prazo, o problema já demandou pesados aportes dos acionistas no empreendimento. De acordo com o consórcio, até o fim do primeiro semestre deste ano, o aporte dos acionistas em Jirau totalizou R\$ 11 bilhões, valor que já supera em R\$ 3 bilhões o previsto inicialmente e inviabiliza a rentabilidade do projeto.

"A grande questão que escutamos é que 'isso tudo é risco do investidor'. Tudo bem, se é risco do investidor, em qualquer lugar do mundo, o investidor vai desaparecer depois. O GSF foi todo bancado com capital dos acionistas", desabafou o presidente da ESBR, Victor Paranhos, executivo de longa trajetória no setor elétrico.

"A usina está totalmente motorizada [todas as 50 turbinas em funcionamento], com a melhor disponibilidade [operacional] do sistema e os sócios continuam aportando recursos desde novembro de 2016. Os sócios estão pagando para gerar energia", completou o executivo, acrescentando que Jirau foi responsável pelo atendimento de 11% de toda a energia consumida no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o maior do país, em janeiro.

Segundo o presidente da ESBR, o problema do GSF afetou inclusive a estrutura de capital do empreendimento. Quando o projeto foi iniciado, em junho de 2009, a expectativa do consórcio era que 70% do valor do investimento (cerca de R\$ 20 bilhões) fossem obtidos por meio de financiamento e apenas 30%

cobertos com recursos próprios. Hoje, dos desembolsos totais no projeto, 53% foram bancados pelos sócios e 47% pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O problema do GSF é mais um dos percalços enfrentados pela quarta maior hidrelétrica do país, com 3.750 megawatts (MW) de capacidade instalada e 2.205,1 MW médios de garantia física. No histórico de contratemplos, estão disputas com a Santo Antônio Energia (SAE), dona da hidrelétrica de Santo Antônio, situada 110 km abaixo de Jirau, e até um incêndio que praticamente destruiu o alojamento dos trabalhadores da obra da usina, deixando 10 mil funcionários desabrigados, em 2012.

Enquanto uma solução estrutural para o problema do GSF está cada vez mais distante - principalmente após a sinalização do Senado de adiar para depois das eleições a discussão sobre o projeto de lei que trata da viabilidade econômica das distribuidoras da Eletrobras, no qual foi incluída uma solução para o risco hidrológico - a ESBR busca atuar em pequenas ações de efeito no curto prazo.

Nessa linha, o consórcio solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a liberação de um pagamento de R\$ 79 milhões previsto para o fim deste mês, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), sobre despesas de GSF relativas ao vertimento turbinável de Jirau. O vertimento turbinável trata-se, na prática, da água que passa pela usina sem produzir energia por determinado motivo. No caso, segundo a ESBR, o vertimento turbinável ocorreu por restrições no sistema de transmissão e restrições operativas criadas por inflexibilidade de geração de outras fontes, como parques eólicos e determinadas termelétricas.

De acordo com a ESBR, entre janeiro de 2016 e junho de 2018, houve uma perda acumulada de geração em Jirau da ordem de 5.247 gigawatts-hora (GWh) ou 240 MW médios. Esse volume de energia, que foi desperdiçado, seria suficiente para atender uma cidade com mais de 2 milhões de habitantes.

Na segunda-feira, Paranhos reuniu-se com representantes da CCEE para tratar do assunto. "A reunião foi muito boa. A CCEE entende que é preciso encontrar uma solução para o GSF das usinas estruturantes", completou o presidente da ESBR.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Engie adia venda de fatia em Jirau para 2019

A francesa Engie deve adiar para 2019 a transferência de sua participação de 40% na hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, para a sua controlada Engie Brasil Energia (EBE, antiga Tractebel Energia). Inicialmente planejada para após a conclusão das obras e a inauguração da hidrelétrica, que ocorreu no fim de 2016, a venda do ativo será prorrogada para aguardar um momento mais adequado para a operação, quando espera-se já ter solucionado o problema do GSF (sigla em inglês para o fator que mede o déficit de geração hídrica), que até hoje demanda aportes dos acionistas da usina. Além da Engie, são sócios em Jirau a Eletrobras (40%) e a japonesa Mitsui (20%).

"Por enquanto, [a venda] será postergada para o ano que vem. É muito difícil [a operação] acontecer neste ano. É preferível fazer a transferência em um momento mais calmo", afirmou o diretor-presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini, ao **Valor**.

A compra pela EBE da fatia da holding na usina é relevante porque agregará quase 20% de potência ao portfólio da companhia, que já é a maior geradora privada do país, com 7.700 megawatts (MW) instalados de participação em usinas que somam 9.428 MW. Enquanto a transferência não é realizada, a EBE se concentra nos ativos recém-adquiridos ou que entrarão em operação nos próximos meses.

Segundo Sattamini, entre o fim de 2017, quando a companhia adquiriu a concessão das hidrelétricas de Jaguará e Miranda, que pertenciam à Cemig, até o início do próximo ano, quando a empresa espera iniciar a operação do complexo eólico de Umburanas, na Bahia, a EBE terá adicionado ao seu portfólio cerca de 1,5 mil MW.

Com a carteira de projetos recheada, a EBE estuda participar do próximo leilão de energia do tipo A-6, em 31 deste mês e que contratará energia de novos empreendimentos com início de fornecimento em 2024, mas adotará postura cautelosa. A avaliação da empresa é que a demanda será baixa, para uma oferta elevada, aumentando a competitividade e pressionando a taxa de retorno dos projetos. Segundo Sattamini, a estratégia é não "queimar" bons projetos aceitando baixos retornos no leilão.

Com relação à transmissão de energia, a empresa mantém o interesse em crescer no setor, após arrematar o principal lote do leilão de dezembro de 2017, com investimentos estimados em R\$ 2 bilhões. Segundo Sattamini, a EBE deve participar do próximo leilão do tipo, previsto para o fim do ano.

No segundo trimestre, a EBE registrou lucro líquido de R\$ 589,2 milhões, com crescimento de 20%, em relação a igual período do ano anterior. Na mesma comparação, a receita líquida avançou 26,9%, para R\$ 2,135 bilhões, e o Ebitda

(sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) subiu 42,4%, totalizando R\$ 1,218 bilhão.

Segundo Sattamini, o resultado foi impulsionado pelo volume e o preço de venda de energia da empresa no período. No segundo trimestre deste ano, o volume de vendas da companhia atingiu 4.388 MW médios, com alta de 7,9% ante igual período do ano anterior. Na mesma comparação, o preço médio de venda cresceu 1,7%, para R\$ 181,6 por megawatt-hora.

Também contaram a favor os resultados proporcionados pelas hidrelétricas de Jaguará e Miranda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

BHP encerra ação

A BHP Billiton pagou US\$ 50 milhões para encerrar uma ação coletiva que enfrentava na justiça dos EUA por conta do rompimento da barragem da Samarco, sua controlada. Com o encerramento da ação e o pagamento, a BHP foi isenta da responsabilidade do acidente. A companhia disse que o acordo está sujeito à aprovação pela corte americana do distrito sul de Nova York. O rompimento da barragem em Mariana (MG) aconteceu em 2015 e resultou no maior desastre ambiental do Brasil.

Estimativas da Cosan

A Cosan estima, para 2018, receita líquida pro forma de R\$ 50 bilhões a R\$ 53 bilhões e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de R\$ 4,9 bilhões a R\$ 5,4 bilhões. Nas projeções, a empresa estimou Ebitda para a Raízen Combustíveis de R\$ 2,85 bilhões a R\$ 3,15 bilhões, e investimentos entre R\$ 800 milhões e R\$ 1 bilhão. Em relação à Comgás, a estimativa é de Ebitda normalizado em 2018 entre R\$ 1,77 bilhão e R\$ 1,87 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha e Renato Rostás | De São Paulo

Título: Bolsa reage bem a balanço da Gerdau no 2º tri

O mercado recebeu bem o balanço do segundo trimestre da Gerdau, que viu os efeitos da política protecionista do governo Donald Trump para o aço beneficiarem as operações americanas da companhia, compensando os efeitos negativos da greve dos caminhoneiros e de paralisações operacionais no Brasil.

As ações da empresa fecharam em alta de 3,12%, a segunda maior do Ibovespa, após a empresa anunciar lucro líquido de R\$ 694,6 milhões no segundo trimestre, resultado nove vezes maior que o mesmo período do ano anterior. A receita da empresa subiu 31,2% no período, para R\$ 12,04 bilhões.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) da Gerdau foi a R\$ 1,64 bilhão, aumento de 62,7%.

"Os preços internacionais vem se mantendo em patamar elevado nos últimos meses", afirmou Gustavo Werneck, presidente da Gerdau, em teleconferência sobre os resultados trimestrais. "A economia nos Estados Unidos continua crescendo, o que está se refletindo no consumo de aço."

Nesse sentido, a leitura é de que as reformas adotadas nos Estados Unidos devem continuar contribuindo com operação da companhia. A Gerdau também aguarda um novo pacote do governo Trump para destravar investimentos públicos em infraestrutura. Anunciada em fevereiro, a medida ainda precisa de aprovação do congresso americano.

Para o mercado nacional, a empresa viu com bons olhos boa parte das operações no país, destacando o desempenho da indústria, do varejo e das exportações.

"A indústria tem se tornado ainda mais importante para operação no Brasil", disse Werneck. "Vemos recuperação também no varejo. O segmento deve seguir evoluindo ao longo do ano por conta da menor taxa de juros."

A companhia também destacou o desempenho das exportações, que representaram 36% das vendas físicas de aço produzido nas suas operações brasileiras. As vendas para o mercado externo foram beneficiadas pela desvalorização do real ante o dólar, que compensaram a paralisação programada do segundo alto-forno da unidade de Ouro Branco (MG), voltado especialmente para as exportações.

Werneck não foi tão otimista com relação à construção civil, em que enxerga dificuldades durante o segundo semestre.

"Acreditamos que construção civil de média e alta renda só deve retomar no ano que vem", ponderou o presidente da Gerdau.

Recentemente, a companhia realizou ajuste de preços dos produtos vendidos ao mercado nacional. Segundo Werneck, a elevação aconteceu para compensar aumento de preços no frete e nas matérias-primas.

"Houve um movimento de recomposição de preço no primeiro semestre, mas seguimos avaliando. Temos um prêmio negativo com relação às importações atualmente. Um prêmio positivo, contudo, só deve ocorrer com o crescimento do mercado doméstico", afirmou.

Com relação ao endividamento, as vendas de ativos anunciadas durante o ano compensaram a pressão do câmbio sobre a dívida da Gerdau, pois 84% do montante é denominado em dólares. A Gerdau encerrou junho com dívida líquida de R\$ 15,17 bilhões, alta de 12,6% ante março.

De todos os negócios anunciados, apenas a venda da operação americana de vergalhão ainda aguarda as aprovações regulatórias. A expectativa é de que o negócio de US\$ 600 milhões seja concluído ainda em 2018, contribuindo com a queda da alavancagem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: CSN volta a prometer venda de ativos para diminuir dívida

No mesmo dia em que anunciou o acordo final com a Caixa Econômica Federal para alongar o vencimento de suas dívidas com o banco estatal, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) voltou a prometer ao mercado que venderá mais ativos para acelerar o processo de redução de seu endividamento.

O presidente e principal acionista da empresa, Benjamin Steinbruch, disse que até o fim de outubro espera reduzir em US\$ 1,5 bilhão a alavancagem, provavelmente com o anúncio de uma operação de venda de minério de ferro futuro e a alienação de algum negócio no exterior.

Para o empresário, os ativos estrangeiros são os de maior probabilidade de venda porque contabilizam seus resultados em "moeda forte" - em relação ao real, desvalorizado - e atuam em mercados maduros, que têm demonstrado desempenho melhor nos últimos tempos.

O processo de "streaming" do minério de ferro, que funciona basicamente como um pré-pagamento de clientes específicos por um fluxo futuro de produção, deve ser dividido em três parcelas, explicou o executivo em teleconferência com investidores para comentar o resultado do segundo

trimestre. A ideia é estabelecer um percentual da produção e não um volume fixo.

"Fomos à Europa em junho para ampliar a participação de nosso 'pellet feed' [material de minério de ferro destinado à produção de pelotas] e vender uma participação da mineração. Falando com potenciais compradores, apareceu a oportunidade de fazer a operação de 'streaming', que não era o objetivo inicial, mas a conversa se estruturou de maneira rápida e consistente", comentou Steinbruch.

A área de mineração, assim, poderia atender por cerca de metade desses US\$ 1,5 bilhão a serem levantados, com potencialmente duas operações de "streaming". A outra parcela viria da venda de ativos estrangeiros, entre eles a SWT, da Alemanha, e a Lusosider, de Portugal.

"Meu desafio pessoal é chegar a uma alavancagem [dívida líquida/Ebitda] de 3,5 vezes no fim do ano", disse Steinbruch. "Disseram muito que eu não venderia ativos, mas já vendemos [a LLC, dos Estados Unidos] e o Marcelo [Ribeiro, diretor financeiro] está autorizado a vender o restante para desalavancar. Já há bancos contatados no exterior."

Paralelamente, a CSN quer se concentrar cada vez mais no mercado interno, onde tem conquistado maior participação. Entre as ações possíveis, Luis Martinez, diretor comercial da companhia, citou a conversão de uma linha de aço cromado em zincado, com 150 mil toneladas de capacidade anual. Há também o projeto de uma nova linha de revestidos, de até 400 mil toneladas, que custaria cerca de R\$ 800 milhões.

Antes da teleconferência, pela manhã, a siderúrgica informou ter fechado acordo de reperfilamento da dívida com a Caixa. Pelos termos, a maior parte dos pagamentos, ou R\$ 9,6 bilhões, ocorrerá de 2023 em diante.

Entre abril e junho, a CSN registrou receita líquida de R\$ 5,68 bilhões, alta de 32% em comparação anual, Ebitda ajustado de R\$ 1,42 bilhão, crescimento de 58%, e lucro líquido atribuído a controladores de R\$ 1,16 bilhão, revertendo prejuízo de R\$ 659 milhões um ano antes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Câmbio reduz lucro trimestral da Braskem, mas ajuda receita

A desvalorização cambial deu contribuição importante para os resultados da Braskem no segundo trimestre. Na receita líquida, mais do que compensou o menor volume de vendas e exportações de químicos e resinas termoplásticas a partir do Brasil e está refletida na alta de 16% na comparação anual, a R\$ 13,79 bilhões. Na linha financeira, a variação cambial, também do peso mexicano, aumentou as despesas financeiras líquidas e reduziu o lucro líquido em 49,8%, para R\$ 547,2 milhões.

A Braskem teve despesa financeira líquida de R\$ 2,14 bilhões, frente a R\$ 677 milhões também em despesa líquida um ano antes, refletindo o impacto da desvalorização cambial sobre a parcela da dívida em moeda estrangeira.

Os spreads (diferença de preços em relação à matéria-prima) dos principais químicos e resinas produzidas pela Braskem no país foram menores no segundo trimestre, com comportamento misto na Europa e nos Estados Unidos.

Apesar disso e do impacto de US\$ 54 milhões da greve dos caminhoneiros, o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado ficou em R\$ 3,18 bilhões, alta de 5% na comparação anual. A geração de caixa livre subiu para R\$ 3,321 bilhões no trimestre, mais de três vezes acima do verificado um ano antes.

O lucro líquido ficou cerca de 20% abaixo do esperado por analistas cujas projeções foram compiladas pelo **Valor**. Na média, Santander, UBS, Safra e Morgan Stanley projetam ganho de R\$ 691 milhões. A receita líquida veio dentro do esperado (R\$ 13,9 bilhões), e o Ebitda ficou 3,6% acima do projetado.

Segundo a Braskem, a demanda de resinas no mercado brasileiro, considerando-se polietileno, polipropileno e PVC, alcançou 1,3 milhão de toneladas no trimestre, estável em relação ao verificado um ano antes. Frente ao primeiro trimestre, houve queda de 4%, na esteira das restrições geradas pela greve. As vendas domésticas da companhia totalizaram 821 mil toneladas, queda de 2% na comparação anual e de 7% ante o primeiro trimestre. Em relação às exportações, foram embarcadas 320 mil toneladas de resinas, baixa de 13% na comparação anual.

No fim de junho, a dívida líquida estava em R\$ 7,389 bilhões, considerando-se a Braskem Idesa, com queda de 3% em três meses. A alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda, ficou em 1,9 vez, comparável a 1,98 vez em março.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza e Alexandre Melo | De Belo Horizonte e São Paulo****Título: Cemig obtém R\$ 648,8 milhões em leilão de braço de telecomunicações**

Em licitação marcada pela ausência da Claro Brasil, Telefônica e TIM, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) vendeu as redes de fibra óptica da controlada Cemig Telecom em sete Estados por R\$ 648,8 milhões, ágio de 76,81%. As vencedoras foram a empresa de torres American Towers e a operadora Algar Telecom. A Claro estava habilitada, mas não apresentou proposta.

O lote maior e mais importante, com redes nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, foi arrematado pela American Tower, por R\$ 571 milhões, cifra 70,4% superior ao valor mínimo estabelecido de R\$ 335 milhões.

Com redes no Ceará, na Bahia, em Pernambuco e Goiás, o lote menor foi adquirido pela Algar por R\$ 77,8 milhões, quantia 140,12% acima do preço mínimo de R\$ 32,4 milhões. Para esse conjunto de ativos, a American Tower apresentou proposta de R\$ 38 milhões.

As duas vencedoras manifestaram interesse de entrar com recurso questionando o resultado da concorrência. O prazo para isso vai até 16 de agosto. Representantes das duas empresas não quiseram explicar os motivos do questionamento.

"A minha expectativa era que [a oferta] seria superior a R\$ 500 milhões, e foi mais ainda", disse à imprensa, Bernardo Salomão, presidente da Cemig. "O resultado da venda foi espetacular."

O valor mínimo que havia sido estipulado pela Cemig para os dois lotes de ativos à venda era de R\$ 367 milhões.

Segundo o presidente da Cemig, 17 empresas tinham mostrado interesse no leilão, embora apenas duas tenham apresentado proposta. Os recursos levantados com o leilão serão usados para abater parte da dívida da Cemig, afirmou Salomão.

Essa foi a primeira grande operação de desinvestimento realizada pela elétrica mineira neste ano. No ano passado, a empresa já havia vendido linhas de transmissão e ações fora do bloco de controle da Taesa.

Da lista de ativos à venda fazem parte ainda a Light, do Rio de Janeiro, uma participação na hidrelétrica de Santo Antônio, em Rondônia, e ativos da Renova, empresa de parques eólicos e pequenas hidrelétricas.

Segundo Eduardo Tude, presidente da consultoria Teleco, o possível motivo de a Telefônica, Claro e TIM não terem participado foi a sobreposição de redes e o preço considerado elevado. Executivos das teles afirmaram anteriormente que tinham interesse nos ativos, mas que os preços poderiam ser impeditivos.

No entanto, o especialista em telecomunicações considerou que a transação é interessante para as vencedoras do certame. "A American Tower não possui redes, mas poderá usar as torres para oferecer um serviço conectado com fibra às operadoras, algo com valor agregado maior no serviço de atacado", disse Tude.

Para a Algar, a aquisição é crucial para acelerar a expansão no Nordeste. A empresa sediada em Uberlândia (MG) iniciou em agosto sua operação em Fortaleza (CE), após a chegada do cabo submarino Monet, que interliga as cidades de Santos (SP), Fortaleza e Miami com os EUA, por meio de parceria com o Google e a Antel, do Uruguai.

A Claro já havia comprado parte da infraestrutura de rede de TV e internet a cabo do braço de telecomunicações da Cemig no ano passado. Em recente teleconferência, Stefano De Angelis, ex-presidente da TIM Brasil, comentou que olhava os ativos, leiloados ontem, mas que os preços estavam elevados.

Eduardo Navarro, presidente da Telefônica Brasil, disse que a empresa analisaria oportunidades.

Procuradas, a Algar Telecom informou que só se pronunciaria após a assinatura do contrato. A American Tower respondeu que não comenta detalhes sobre processos em andamento.

No caso da Algar, essa aquisição converge com os objetivos da empresa de expandir no Nordeste. A expectativa dos gestores é ganhar mais agilidade após o aporte da Archy LLC, afiliado do fundo soberano GIC Special Investments, de Cingapura, que passou a deter 25% do capital social votante da companhia.

Já a American Tower é uma gestora de torres de telecomunicações com sede nos EUA e presença no Brasil. A empresa comprou os ativos da BR Towers.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Raízen Energia teve lucro de R\$ 4 milhões no 1º tri da safra atual**

A Raízen Energia, joint venture entre Cosan e Shell, registrou um lucro de R\$ 4,1 milhões no primeiro trimestre da safra 2018/19, depois de um prejuízo de R\$ 196,2 milhões em igual intervalo do ciclo 2017/18, conforme resultado que contempla a visão da companhia divulgado ontem pela Cosan. Nos cálculos da Cosan, a Raízen Energia deu prejuízo de R\$ 23,8 milhões. A diferença se dá pela forma de contabilização de ativos.

Operacionalmente, a Raízen elevou sua receita com o aumento das vendas de "outros produtos e serviços", o que também a levou a ter um custo com vendas maior. Com isso, a receita operacional líquida da empresa cresceu 31,7% no primeiro trimestre desta safra ante o mesmo período do ciclo 2017/18, para R\$ 4,092 bilhões, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado (na visão da Raízen) recuou 39,3%, para R\$ 488,2 milhões. A margem Ebitda ajustada ficou em 11,9%, ante 25,9% no mesmo período da última temporada.

Houve forte retração nas vendas de açúcar, afetadas pela greve dos caminhoneiros, o que alterou a programação de alguns embarques, segundo nota da Cosan. A receita com as vendas de açúcar somou R\$ 729,4 milhões, 40,3% abaixo do registrado no mesmo trimestre da safra passada. De acordo com a Cosan, o atraso nas vendas não impacta as vendas programadas para o ano-safra atual.

As vendas de etanol ficaram praticamente estáveis em R\$ 1,624 bilhão. O preço mais elevado compensou a redução do volume comercializado, em parte por decisão de postergar as vendas para a entressafra, mas também por causa de atrasos decorrentes da paralisação dos caminhoneiros.

Beneficiada pelos preços e pelo aumento da moagem de cana, a receita com a cogeração de energia avançou 53%, para R\$ 303,9 milhões. Já a linha denominada "outros" no balanço aponta para uma receita de R\$ 1,434 bilhão, crescimento de 53%. Excluindo o faturamento com outros produtos, a receita caiu 20%, para R\$ 2,7 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor:****Título: Destaques****Debêntures da CEEE-GT**

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) informou que ajustou os termos para a emissão de até R\$ 450 milhões em debêntures. A emissão poderá ser dividida em séries e o vencimento poderá ser de até seis anos. As propostas serão recebidas até as 17h do próximo dia 17. Os recursos levantados serão destinados ao financiamento do seu plano de investimentos, bem como para o curso regular dos negócios da companhia.

(Alvaro Campos)

MME / ASCOM .